

---

## **Poder local e gestão pública em um pequeno município paraibano: Entrevista com Márcia Lucena**

Anderson Rafael Nascimento<sup>1</sup> 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n3.61467]

*Recebido em: 22/11/2021*

*Aprovado em: 22/03/2022*

Márcia Lucena é professora. A atuação política apareceu em sua vida mais recentemente, e diante do desafio de fazer a “sua sala de aula crescer”, como ela sempre cita. Ensinar, dialogar, escutar, e, principalmente, aprender, estão presentes em todos os seus dias. Ela também entende que assim é o poder. Mas, não é fácil ter essas intenções e se deparar com uma realidade que ainda tem marcas do passado. Weber em “a política como vocação” denominou essa permanência como a ideia de um “passado eterno” que justifica o tipo de dominação tradicional. Quanto de nossa gestão pública ainda padece dessa permanência? Quanto que o Poder Local é a concretização da existência desse passado eterno?

Na realidade de um pequeno município, a gestão pública e o poder local apresentam muitos elementos para essa resposta. A ação de uma prefeita que busca fazer diferente, ser pautada pela política e pelo público se choca com isso. O município do Conde é o local dessa atuação. Conde está situado na região metropolitana de João Pessoa/PB e tem em seu território quilombos, tribos indígenas, um pequeno núcleo urbano e uma faixa litorânea com belas praias e grande interesse imobiliário. Conde é um retrato do Brasil em que convivem o passado e o futuro, o arcaico e o moderno, ora como disputa, ora como mutualismo. Márcia Lucena foi prefeita desse município na gestão de 2016 a 2020. Ela se notabilizou e ganhou projeção por suas ações inovadoras e participativas à frente da prefeitura.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – E-mail: andersonrafa@gmail.com.

***Nascimento. Poder local e gestão pública em um pequeno município paraibano: Entrevista com Márcia Lucena.***

Essa entrevista que foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2021, apresenta elementos para compreender o desafio de propor um governo inovador e participativo em um pequeno município, e sobre como lidar com aspectos da continuidade do passado. As perguntas foram feitas por e-mail e a entrevistada tinha tempo para refletir e escrever as respostas. Quando as respostas eram enviadas, e a partir delas, uma nova pergunta era feita. A entrevista se coloca, assim, como um diálogo duradouro e realizado ao longo de alguns meses.

O passado permanece nas estruturas do poder local que de maneira violenta e clientelista mantinha sob seus interesses parte da população de Conde. A gestão pública era mais um meio para essa finalidade. A política “pública” era feita por distribuições individuais de pequenos benefícios. A precariedade e a violência são gramáticas dessa dominação.

Naquele município, assim como ocorre em muitos outros pequenos municípios do Brasil, a gestão pública está sempre em um novo recomeçar. Seria muito grave se a gestão pública partisse do zero, mas no caso de Conde partia-se do negativo, pois as dívidas e o costume das práticas clientelistas prejudicavam a tentativa de gerir a coisa pública.

A novidade que Márcia apresentou à cidade era radicalmente diferente. Isso começou desde a campanha que foi feita de porta-em-porta e olho-no-olho. A relação da compra do voto nas vésperas da eleição, foi trocada por política. No começo era uma única mulher, candidata e pouco-a-pouco o grupo foi aumentando.

A campanha foi um processo empolgante e a vitória chegou. Somente quando assumiu a prefeitura, Márcia pôde ver o tamanho do desafio que tinha pela frente. A situação era literalmente de cinzas e escombros. A gestão anterior queimou documentos, processos e sumiu com patrimônios da cidade. A burocracia, que deveria garantir a constância nos processos institucionais, é mais um elemento da descontinuidade.

Nesse cenário de devastação, o desafio estava em muitas frentes. Era necessário refazer de forma diferente as práticas da prefeitura junto à população, recuperar as finanças e pagar dívidas, refazer contratos e convênios dos serviços essenciais e estabelecer diálogo com os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. A relação do Poder Executivo com a Câmara de Vereadores também precisava ser colocada em outras bases, rompendo o fisiologismo.

O diálogo com alguns desses órgãos foi profícuo e o governo conseguiu colocar as pendências em dia. Com outras instituições, por outro lado, não existiu diálogo e ao

**Nascimento. *Poder local e gestão pública em um pequeno município paraibano: Entrevista com Márcia Lucena.***

invés de parceria para solucionar questões, somente eram encontrados questionamentos. A gestão pública está contida nessa ecologia de instituições de controle. Em muitos casos, para construir uma saída possível e dentro da legalidade não existe um diálogo entre o governo e as instituições de controle, mas a desconfiança e a penalização se apresentam como a alternativa. Na forma de atuar dessas instituições, a transparência e a participação social se colocam como adversárias, pois ao invés de buscar ampliar o número de envolvidos na tomada de decisão, o que se busca é que a decisão sobre o público continue nas mãos de poucos.

As respostas de Márcia Lucena demonstram a profundidade das relações patrimonialistas no poder local e como trazem desafios para a gestão pública. Enfrentar esses temas pode ser um campo de análise para a discussão do Estado e da política pública integrados à realidade brasileira. Márcia Lucena, com essa entrevista, ensina mais um pouco sobre isso.

Se quiser conhecer um pouco sobre histórias da gestão pública de Conde e o Governo de Márcia Lucena, ouça o episódio “A história da professora que virou prefeita” do Podcast “Anatomias do Poder Local”, disponível em <https://anchor.fm/anatomias-do-poder-local/episodes/A-histria-da-professora-que-virou-prefeita-e16ep7b>

\*\*\*\*\*

**1) Como surgiu sua vontade de ser prefeita? Essa foi uma construção individual ou surgiu de um grupo que você estava vinculada?**

As conversas sobre isso começaram a surgir no final de 2014 por parte de alguns colegas de trabalho, dando a entender que esse era um pensamento do governador Ricardo Coutinho. Foram muitos os “mensageiros” durante muito tempo. À princípio eu reagi negativamente, pois não me via como política, mas o tempo foi passando e depois de muitas conversas com muitas pessoas diferentes comecei a considerar a possibilidade. Conversei com meus filhos, que não queriam que eu entrasse na política, com meu marido que também não queria, mas disse que me apoiaria em qualquer decisão e com meu pai que de pronto ficou animado e fez algumas colocações que ascenderam em mim algo que estava guardado e eu não fazia contato. Ele disse que minha sala de aula precisava crescer, que a política precisava de gente decente e honesta, que a experiência que adquiri como secretária de estado deveria ser colocada a disposição... topei. Decidi tentar. Sonhei com

a possibilidade concreta de ajudar de mostrar que pode se fazer política e gestão de forma absolutamente correta.

**2) Então, suas conversas partiram de um espaço privado para o espaço público. Como aconteceu essa passagem? Como se deu essa construção da candidatura como um projeto mais coletivo no município? Antes da eleição, como você entendia que seu município estava configurado em termos dos grupos que mais influenciavam a política local? E, quando candidata, qual foi a sua postura, de disputas ou de diálogos, com esses grupos?**

Sim. Partiu do grupo político liderado por Ricardo Coutinho (tanto que Waldson, o então secretário de saúde, se colocou como candidato, mas o partido acabou decidindo pelo meu nome, embora eu não tenha participado diretamente dessa decisão) e após isso foi o universo familiar (especialmente meu pai) que me trouxe argumentos mais convincentes como o da formação cidadã.

A partir dessa decisão tomada comecei, de domingo a domingo, a andar de casa em casa, de comunidade em comunidade para conhecer a realidade das pessoas e me apresentar. Isso aconteceu durante um ano até o dia da eleição.

Essa metodologia nunca havia sido usada em Conde, a prática era outra. Primeiro, os prefeitos e prefeitas vieram sempre do mesmo grupo familiar e se sentiam tão seguros com a prática das ameaças que não se interessavam em conversar ou ouvir as pessoas, segundo eles próprios, bastava sair de casa uns 15 dias antes, com muito dinheiro no bolso.

À medida que ia nas casas e conversava de forma sincera, o grupo ia aumentando, os convites para ir às casas das pessoas também e rapidamente o grupo se tornou gigante!

Mas meu foco permanecia sendo o de uma sala de aula que havia crescido - como sugeriu meu pai - meu objetivo era ajudar as pessoas a pensarem sobre suas próprias realidades.

Assim fiz o Fala Conde - encontros temáticos o de as pessoas eram estimuladas a se colocarem. Esses encontros eram cada vez maiores e as pessoas participavam cada vez mais. Desses encontros tiramos pessoas para contribuírem com a construção do plano de governo por meio de um seminário. Conheci as lideranças comunitárias e estabelecemos uma boa forma de diálogo e mobilizava. Tanto que, no dia de minha posse, dei posse à 22 lideranças como co-prefeitos/as.

Aqui só existia um grupo político “fantasiado” de três - os Régis (Aluísio Régis que foi prefeito 4 vezes), os Lundrigues/Correia (Tatiana, ex prefeita é ex mulher de

Aluísio) e os Ribeiros (Themistocles que foi prefeito duas vezes), mas na verdade, todos eram do mesmo grupo e agiam da mesma forma, tanto que quando um ganhava as eleições os demais faziam parte da equipe.

Não houve interesse de diálogo entre nós! Nossas propostas eram muito antagônicas. Já próximo da convenção achamos importante compor com a parte mais fraca desse grupão: os Ribeiros. O pai havia morrido um mês antes e os filhos ficaram meio soltos. Themistocles Filho integrou a chapa como meu vice.

Segundo pesquisas, não agregou voto, mas agregou subjetivamente, pois o pai era conhecido como “o plano de saúde do povo do Conde” e havia, como já falei, falecido recentemente.

Esse grupo, liderado por Aluísio e Tatiana sempre fez política na base da ameaça, violência e compra de votos. Não havia como ter nenhuma proximidade ou diálogo. Os Ribeiros eram da mesma turma, mas estavam fragilizados sem o pai e o próprio Themistocles Filho nunca tinha, assim como eu, participado da política, então parecia ser possível sonhar em construir juntos.

Já perto do dia de votação, Aluísio foi conversar com o governador, propondo retirar a candidatura e me apoiar. O governador me telefonou na hora perguntando o que eu achava e eu disse que não queria, por hipótese alguma, me juntar a ele ou Tatiana. Seguimos lidando com a forma baixa e violenta deles fazerem política e fizemos disso uma mostra comparativa de como não deve ser!

Por fim, vencemos as eleições.

**3) Agora queria começar a entrar mais no universo da gestão pública, mas ainda com interface com o debate sobre esses grupos. Ao chegar na prefeitura e começar seu mandato, como você via que a configuração desses grupos tradicionais realmente chegava no âmbito da gestão pública? Quando você assumiu o mandato, qual era o estado da gestão pública local em termos de estrutura e finanças?**

Mesmo antes de concorrer à prefeitura já ouvia falar da forma desse grupo político se relacionar com os trâmites administrativo e com a população, mas ver pelo lado de dentro o dito se concretizar em realidade, foi espantoso.

Encontrar fogueira feita de documentos, processos, contratos, todos queimados dentro da então secretária de finanças; encontrar o Município com o nome sujo no CAUC e no CADIN, com dívidas e multas muito antigas que somavam 84 milhões de reais; encontrar um desvio de 32 milhões no instituto de previdência municipal; me deparar com o fato de que não existia uma sede para a prefeitura ou secretarias - a sede havia sido

doadas antes do final da gestão anterior para o TJ e as casas alugadas para as secretarias tiveram os contratos encerrados logo após o resultado das eleições, ainda encontramos os servidores efetivos em casa há 4 anos (em alguns casos mais tempo), muitos convênios vencidos sem que tivesse sequer sido iniciado. Com muitos recursos devolvidos em função da não execução e várias contas com recursos, mas sem indicação do convênio (devolvidos também). Uma desordem absoluta e histórica que dizia mais da intenção política de manter a população na miséria e desinformação do que da incompetência dos gestores e equipe.

Existia uma “fila dos 20 reais” que acontecia na frente da prefeitura para distribuir dinheiro à população. A função de gestor público conhecida pela população era completamente distorcida pela política de assistencialismo.

Ou seja, tivemos que iniciar de um lugar muito complexo, que além de tudo aqui relatado, precisamos considerar o “apagamento” das pessoas e a tentativa violenta de destruição das identidades locais.

Fizemos uma auditoria na folha e reduzimos 42%, chamamos os servidores de volta, reformamos e fizemos ajustes na estrutura física das escolas para o início das aulas em janeiro de 2019, recolhemos as toneladas de lixo jogadas nos terrenos baldios e falésias por toda cidade; organizamos as cooperativas e associações de agricultores e agricultoras para garantir a participação de todos na tomada de preço para a alimentação escolar e fizemos, junto com a equipe e lideranças o planejamento para os primeiros 100 dias.

Foi um início bastante desafiador!

**4) E como foi chegar com essa situação e se relacionar com os órgãos de controle (Tribunal de Contas e Ministério Público), houve apoio da parte deles para retirar a prefeitura dessa situação? E como foi a relação com esses órgãos ao longo do mandato?**

O primeiro passo foi dado por nós. Buscamos, desde o primeiro momento, expor a situação que encontramos para os órgãos de controle e conseguimos, com essa demonstração de boa fé, um olhar absolutamente justo e profissional por parte do TCE. Nos habituamos a levar nossas ações de maior impacto e relevância para um diálogo com o presidente e compreendemos, desde o princípio que o interesse do órgão era que caminhássemos, sem perda de tempo ou de recursos para fazer uma gestão de qualidade. Fomos questionados, orientados quando pertinente e respondemos sempre com prontidão

às questões levantadas pelos auditores. O TCE constitui uma prática de encaminhar, via Web, AVISOS e INFORMATIVOS às prefeituras, destacando coisas que apontavam para um caminho equivocado, etc. Essa prática nos ajudou muito, principalmente no início da gestão, em meio ao caos que encontramos.

O MP na pessoa da promotora, sempre foi mais distante no que diz respeito a querer compreender a realidade complexa de uma gestão. A impressão que tivemos, de fato, não chegou a ser de poderes parceiros na construção de uma cidade e para o bem da população, a impressão é que éramos, desde a linha de partida, pessoas dispostas a cometer erros e até atos ilícitos. Recebíamos, nas diferentes secretarias, mais de 10 ofícios por dia solicitando respostas em 24/48/72 horas. No entanto, não conseguimos marcar reuniões ou termos respostas no mesmo ritmo das questões encaminhadas por nós. Este tipo de relação, vale destacar, não representa a instituição, minha experiência enquanto secretária de educação e presidente da FUNESC com o MPE foi muito diferente. Acredito ser mais uma maneira da promotora exercer sua competência.

Esses comportamentos se mantiveram do início ao fim da gestão.

**5) Antes de sua gestão, como os vereadores da cidade interferiam na condução do Poder Executivo e como foi o diálogo com esse poder ao longo do mandato?**

A relação dos vereadores do Conde com o poder executivo municipal foi, segundo relatos da população, historicamente promíscua.

Logo depois que ganhamos as eleições, os vereadores eleitos vieram me procurar e aos poucos fui entendendo como essa relação funcionava.

As mulheres dos vereadores tinham vaga garantida na folha de pagamento, mas sem o compromisso de trabalhar, os vereadores tinham vagas na folha garantida para empregar seus eleitores e casas alugadas à prefeitura por valores acima do mercado.

O presidente da Câmara era escolhido pelo/a prefeito/a, o que demonstrava a cumplicidade entre os poderes.

Comecei rompendo com essa história de indicar o presidente, explicando que são poderes diferentes e precisam ser autônomos e a partir do início dos trabalhos da gestão a relação com os vereadores foi ficando difícil.

Eles queriam o mesmo tipo de relacionamento e não encontraram, então, mesmo tendo maioria como base, nunca foi uma base com a qual pudesse contar de verdade, pois a expectativa da maioria era ganhar de todo jeito e manter o que já existia como prática. Tentaram várias vezes me colocar em situações de risco, mesmo sendo de “minha base”

e todas as vezes chamei para conversar e deixar claro que estava vendo toda situação e o quanto eles erravam ao fazerem coisas desse tipo.

Nunca foi fácil! E com o tempo foi ficando ainda mais difícil, a base foi diminuindo e com o surgimento da operação Calvário eles foram se aproximando de forma mais explícita da oposição e bolando estratégias cada vez mais arriscadas como a tentativa de impeachment, denúncias infundadas sobre diferentes assuntos feitas ao GAECO ou ao TCE, buscando me expor, me fragilizar e me desqualificar.

Mas, como desenvolvi uma forma de estar sempre junto da População, conversando, explicando sobre gestão pública, negócios públicos e política, por meio do programa Olá Comunidade, sempre tive o apoio da população e consegui com isso aprovar todos os projetos para lá encaminhados.

**6) Pois é, você fala dessa transparência como uma opção estratégica na busca pela criação de espaços públicos. Era uma via que nascia da prefeitura, representante do Estado local, e ia até as pessoas. No âmbito da sua ação como gestora de uma complexa máquina que é uma prefeitura, com diferentes áreas de atuação e corporativismos, como foi optar por esse caminho? Existiam alguns comportamentos já consolidados na gestão pública que dificultavam a implementação dessa transparência?**

Não existia espaço para a transparência. Eles tiveram que ser conquistados e construídos.

As gestões que estiveram no comando do município por mais de 30 anos entendiam que o povo não deveria ter acesso às informações, pois, na visão deles isso ameaçaria o poder e os “benefícios” que advém dele.

A realidade era tão violenta que as pessoas aceitavam qualquer coisa sem questionar, por medo ou ignorância (ambos resultados de diferentes formas de violências praticadas no território). Assim se estabeleceram verdades que o povo foi entendendo como serviço público e/ou política.

Desconstruir isso e ao mesmo tempo abrir espaço para construir novos entendimentos, novos conceitos, foi uma escolha natural da forma que entendemos o projeto político socialista num regime democrático, exigiu de toda equipe o máximo de atenção e compromisso! Muitos vieram morar no Conde, pois para essa transformação precisaríamos de o máximo de domínio do conhecimento das pessoas e do território. Mas a cada momento ficava mais firme a certeza de que era dessa forma que tínhamos que

fazer: da forma em que todos conseguissem entender o propósito, se sentirem criadores e criaturas e assim, participarem. Juntos e cientes.

**7) Muito bom que você tocou nesse assunto da escolha dos/as secretários/as. Como foi para você montar esse corpo de secretariado? Você tinha algo já pensado durante a campanha, como por exemplo, os nomes para assumir as pastas? O que precisou ser mudado para atuar com a realidade e as limitações do município? Foi possível conciliar suas escolhas com a composição de um governo de coalizões com grupos da cidade e partidos políticos?**

Como eu não imaginava que ia ganhar - na verdade devo dizer que por mais estranho que pareça, eu não pensava sobre ganhar ou perder - eu estava tão focada na construção daquele presente que não pensei de como seria se eu ganhasse. Depois de eleita tive os meses de novembro e dezembro para pensar, dialogar. Eu tinha certeza que queria trabalhar com as pessoas do município e foi aí que comecei a focar. Não tive ninguém me pedindo para contratar essa ou aquela pessoa, até porque durante pré-campanha e campanha ninguém se aproximou de mim e as que eu procurei não me deram atenção, então, não sofri esse tipo de pressão, me refiro ao grupo político que faço parte. Com relação a composição com outros partidos, os que participaram da coligação, isso foi feito nesse período desses dois meses, mas tudo aconteceu da forma que eu decidi, sem pressão também.

Na busca por profissionais do próprio município busquei aqueles que tinham os melhores currículos, mas também observando a sua atuação cidadã dentro do município, fora do município, para assumir algumas secretarias convidei pessoas que já haviam trabalhado comigo na educação ou que eu já conhecia seu trabalho de alguma forma. Também foquei em ter um máximo de mulheres na equipe. Mulheres fortes, capazes, competentes e consegui. A equipe se formou com metade do Conde, metade de João Pessoa, metade homens, metade mulheres. Mas o mais importante, todos e todas profissionais, competentes, comprometidos e sensíveis.

O que tinha claro era que a minha equipe precisava ser disposta ao trabalho integrado, conjunto, entender que uma gestão pedagógica exige mais das pessoas envolvidas e que a escuta da população seria, como foi, o elemento mais importante para a construção da mudança que eles tanto queriam.

**8) Você sempre apresenta o município do Conde como um território com comunidades quilombolas e indígenas. Além disso, o município do Conde, assim como qualquer outro município, tem também seus grupos de interesses em torno da prefeitura e das políticas públicas. Como era o diálogo desses poderes locais com as estruturas setoriais de políticas públicas? E, como foi para você, como prefeita, criar canais de diálogo com esses grupos e seus diferentes interesses?**

Construir diálogos não é uma tarefa simples, pois parece que, essencialmente, não estamos abertos a isso por diferentes motivos: medo, resistência, desconfiança, desesperança, falta de compromisso, preguiça, acomodação ou mesmo aquela ideia distorcida de que Deus tudo resolve!

A vida é bastante desafiante e pesada para dar conta e não fomos ensinados que juntos somos mais fortes. Para muitos é mais fácil esperar uma vida inteira e colocar a culpa do que der errado ou não acontecer em alguém que represente autoridade, do que arregaçar as mangas e construir juntos, mudar juntos! Isso dá trabalho demais e exige diálogo.

Na gestão de uma cidade, no geral, isso se agrava em função da diversidade e das necessidades de cada grupo social, como também dos interesses pessoais embalados pelos poderes locais já estabelecidos.

No Conde creio que esse desafio se torna maior, considerando a história social, política e administrativa do município. O povo não estava habituado (muito menos lhe era permitido) a prestar atenção ou dar opinião sobre nada ou qualquer coisa! Quando ousaram se envolver pela luta ao direito à terra, muitos morreram e seus assassinos permanecem no território dando ordens.

As estruturas setoriais que têm interesses no município eram beneficiadas pela falta da mão reguladora do Estado e se fartaram nos benefícios próprios.

Todo o tempo, desde a campanha e do início da gestão, provocamos o diálogo, esclarecendo ser ele um instrumento importante para a mudança que desejavam. Implantamos o Olá Comunidade, em 2017, que já nasceu com um bom público e assim permaneceu até o último encontro. As pessoas tinham interesse em participar, participavam ativamente. Usamos de forma institucionalizada e focada, as mídias sociais e criamos um formato de dar respostas por meio da ouvidoria, da secretaria de comunicação e eu, como prefeita adquiri o hábito de responder a todos que me indagavam, ou mesmo sem ter indagação alguma fazer vídeos esclarecendo os passos dados a população. Assim dialogamos com quilombolas, indígenas, agricultores,

***Nascimento. Poder local e gestão pública em um pequeno município paraibano: Entrevista com Márcia Lucena.***

pescadores, mulheres, juventudes, pessoas com deficiência, pessoas de terreiro, pastores evangélicos, católicos, etc. Os setores de interesse econômico da cidade, não têm interesse em rodas de diálogos ou tecnologias de participação e governança. Têm o hábito de, por serem pessoas de um nível econômico mais elevado, cheias de direitos e privilégios, resolverem as coisas no reservado do gabinete da prefeita. Isso de fato não foi fácil. Sempre recebi a quem me procurou, mas explicava que as coisas de um grupo, seriam resolvidas em grupo e marcava reunião com o coletivo, fossem eles de construtores, de especuladores imobiliários ou empresários do trade turístico. O diálogo para discutir pontos comuns a um setor da sociedade, sempre se dava em grupo. Se a questão era localizada, o tratamento era individual, mas igualmente republicano. Talvez, para dialogar com esses setores tenha me faltado habilidade política ou sobrado convicção. O fato é que essas pessoas se achavam desrespeitadas por não terem um tratamento diferenciado e privilegiado e fortaleceram o grupo da oposição.

**9) Márcia estamos indo para o final de nossa entrevista. Muito obrigado por compartilhar sua experiência. Mas, para terminarmos, gostaria de compreender de você como é chegar no dia 01 de janeiro de 2021 e não ir mais para a prefeitura para mais um dia de trabalho, qual foi essa sensação? E passado algum tempo desse choque, qual você acha que foi o seu principal legado para a gestão pública do município do Conde?**

Sou uma pessoa muito resiliente e com uma alma inquieta, que adora mudanças. Facilmente, quando algo que não esperava acontece e me tira do rumo que eu imaginava seguir, viro para o lado da porta que está se abrindo e vou! Não sofro esse tipo de dor! A mudança é sempre um presente, uma nova oportunidade e o novo me empolga!

Na verdade, depois de perder as eleições trabalhei normalmente e intensamente até o dia 31 de dezembro de 2020. Tempo suficiente para ir dando um novo sentido a tudo, de maneira que quando chegou janeiro encarei como um período de férias - coisa que não sei o que é desde 2005 - hoje, passado seis meses, não aguento mais essas “férias”, imaginava que teriam convites para prestar algum serviço, desenvolver algum trabalho, considerando a experiência que adquiri e o resultado dos trabalhos que desenvolvi como gestora pública, mas isso não aconteceu até aqui, creio que em função da Operação Calvário.

Tenho o meu tempo super ocupado, mas não tenho renda e é claro que isso faz falta, mesmo não chegando a ser um choque... mas indo para a segunda pergunta,

**Nascimento. *Poder local e gestão pública em um pequeno município paraibano: Entrevista com Márcia Lucena.***

sinceramente, acho que deixamos vários legados, alguns concretos, outros mais abstratos, mas talvez o maior tenha sido mostrar as pessoas que é possível fazer política e gestão da forma diferente da que estavam habituados e que a boa política beneficia a vida de todos! Perder as eleições, nesse aspecto mais pedagógico foi importante, pois agora a população está fazendo comparações e cobranças, exercendo sua cidadania. Se eu tivesse vencido, talvez não conseguissem corporificar essa consciência.